

UMA VISÃO DA TERAPIA OCUPACIONAL NA INCLUSÃO ESCOLAR DE UM PACIENTE COM SEQÜELAS DE TRAUMATISMO CRÂNIO-ENCEFÁLICO

Lígia Santinon Adabo, Máira Ovalle da Silva Toledo, Maria Aparecida Ramires Zulian

Faculdade de Ciências da Saúde – Universidade do Vale do Paraíba – Curso de Graduação em Terapia Ocupacional, Avenida Shishima Hifumi 2911 – Urbanova – São José dos Campos/SP
ligia_adabo@yahoo.com.br, mairaovalle@hotmail.com, marizuli@univap.br

Resumo- Este trabalho traz em questão o fator da inclusão escolar de crianças portadoras de deficiência física vinculado à atuação da terapia ocupacional aplicada ao acompanhamento do caso de uma criança com seqüelas advindas de um traumatismo crânio-encefálico decorrentes de um atropelamento. Descreve-se o processo de retorno do sujeito à escola regular após o acidente, suas limitações, dificuldades de aprendizado, barreiras arquitetônicas e atitudinais. Apresenta-se uma discussão centrada no maior entendimento e conscientização da sociedade a respeito da importância da inclusão escolar na construção de uma sociedade mais humanizada e menos preconceituosa.

Palavras-chave: Inclusão Escolar, Terapia Ocupacional, Traumatismo Crânio-encefálico

Área do Conhecimento: IV – Ciências da Saúde

Introdução

“A Terapia Ocupacional é um campo de conhecimento e de intervenção em saúde, na educação e na esfera social que reúne tecnologias orientadas para a emancipação e autonomia de pessoas que apresentam, por razões ligadas a problemáticas específicas (físicas, sensoriais, psicológicas, mentais ou sociais), temporária ou definitivamente, dificuldades na inserção à participação na vida social. As intervenções dimensionam-se pelo uso de atividades, sendo o instrumento terapêutico do Terapeuta Ocupacional, que seleciona, analisa e adapta a atividade a cada indivíduo e situação, dividindo-a em fases, observando e determinando os aspectos motores, psíquicos, sensorio-perceptivos, socioculturais, cognitivos e funcionais necessários à realização da mesma.” (CREFITO 3).

A ação da Terapia Ocupacional na escola não é clínica, nem voltada a aspectos específicos dos alunos com deficiência, trata-se sim de um trabalho a ser desenvolvido junto aos educadores, alunos, pais e à comunidade, cuja finalidade passa pela facilitação do aparecimento das dificuldades, dos sentimentos e das emoções que permeiam o relacionamento, com a proposta da inclusão, desvelando os sentidos que a deficiência tem para todos e debatendo os aspectos que atravessam o imaginário social do grupo, além de propor uma estratégia de trabalho que viabilize a inclusão de pessoas com deficiência física no ambiente escolar (ROCHA; LUIZ; ZULIAN, 2003).

O trabalho realizado descreve uma atuação da Terapia Ocupacional aplicada ao suporte técnico do processo de inclusão escolar de uma criança com 7 anos de idade que sofreu um Traumatismo Crânio-encefálico (TCE) devido a um

atropelamento na rua de sua casa em fevereiro de 2006.

“O traumatismo crânio-encefálico é uma agressão ao cérebro, não de natureza degenerativa ou congênita, mas causada por uma força física externa, que pode produzir um estado diminuído ou alterado de consciência, que resulta em comprometimento das habilidades cognitivas ou do funcionamento físico. Pode também resultar no distúrbio do funcionamento comportamental ou emocional. Este pode ser temporário ou permanente e provocar comprometimento funcional parcial ou total, ou mau ajustamento psicológico.” (DE OLIVEIRA; WIBELINGER; LUCA, 2007).

Tem-se como objetivo a busca do entendimento de que a inclusão escolar pode ser “uma verdadeira relação circular e não linear, na qual cada indivíduo ora é o chamado 'aprendente', ora é o chamado 'ensinante’” (FABRÍCIO, SOUZA, 2007), mostrando através do sujeito em pesquisa, os grandes benefícios não só funcionais, mas também sociais e psicológicos que esse processo pode trazer.

Metodologia

O projeto foi realizado através de uma análise qualitativa de um estudo de caso referente ao sujeito F.A.R.P., gênero masculino, 8 anos, vítima de um atropelamento com o quadro clínico de Traumatismo Crânio-encefálico e estudante do Ensino Fundamental em escola regular.

Resultados

A partir do mapeamento da situação, efetuado no início do processo, constatou-se a dificuldade

de acesso do sujeito no percurso casa-escola-casa devido às barreiras arquitetônicas, o que prejudicava sua frequência às aulas, porém não foi identificada nenhuma alternativa prática e viável de curto prazo para o desmonte das barreiras, nem de outras soluções que pudessem ser implementadas para propiciar o livre acesso do sujeito. Nesta questão o fator dominante foi a carência de recursos financeiros da escola, disponíveis para esse fim.

Dentro da sala de aula, o despreparo das professoras para lidar com a situação de se ter um aluno especial em sala era notório; não se empenhavam, nem demonstravam força de vontade, transformando F.A.R.P. em um mero figurante durante as aulas.

No decorrer do processo, buscou-se conscientizar tais profissionais sobre a atuação da terapia ocupacional, e sensibilizá-los em relação ao aluno portador de deficiência física dentro do ambiente escolar, atitudes essas que fizeram com que barreiras de preconceito e distanciamento fossem quebradas, mudando a visão das professoras que passaram a enxergar o sujeito de maneira mais humanizada, sem excluí-lo ou diferenciá-lo dos outros colegas da sala, como acontecia anteriormente. Puderam entender, de fato, suas reais dificuldades, e que isso em nada alterava seu entendimento ou sua capacidade de aprender, assim como todos os seus colegas. Com isso, a relação professor-aluno tornou-se mais tranqüila e menos estigmatizada, transformando os professores em pessoas conscientes e aliadas à proposta de inclusão, derrubando as barreiras do preconceito e da indiferença.

Em relação aos colegas de classe, pôde-se observar uma relação saudável e de muita colaboração e entendimento, o que visivelmente deixava o sujeito muito à vontade, porém enfatizou-se a conscientização de ajuda ao próximo, facilitando ainda mais a integração social e destacando a importância da ajuda mútua, e assim todos passaram a ser mais cooperativos e solidários uns com os outros, o que de fato melhorou a relação interpessoal dentro da sala de aula, não só em relação ao sujeito em questão, mas de todos os colegas do ambiente.

O membro da família do sujeito com quem se estabeleceu maior contato foi sua mãe. Esta apresentava-se receosa e insegura em permitir que o filho lidasse com as dificuldades sozinho, impossibilitando desta maneira o desenvolvimento de suas capacidades e possibilidades. Permanecia na sala de aula e fazia os exercícios ora com ele, ora por ele, demonstrando intenso medo e super proteção, excedendo-se em cuidados e atitudes que bloqueavam a reabilitação e o resgate da independência e segurança do sujeito. Com o decorrer do trabalho, a mãe pôde entender a importância dos sucessos e frustrações

no processo de desenvolvimento, inclusão e reestruturação do cotidiano de F.A.R.P., o que de fato trouxe mais confiança e tranqüilidade à família, que aos poucos começou a se preocupar e trabalhar para que de fato conseguissem discernir com maior clareza as ações e atitudes construtivas, evitando-se a super proteção.

No aspecto físico foi destacada a necessidade de uma adaptação personalizada, pois além do caminhar sua única limitação e dificuldade era a questão dos movimentos involuntários dos membros superiores. O sujeito conseguia realizar preensão fina e grossa, porém esses movimentos involuntários tornavam suas ações inconstantes e inseguras, prejudicando a realização da sua escrita.

Com a identificação de tal dificuldade, e pensando sempre no resgate da funcionalidade, buscou-se a utilização de peso no membro superior acometido predominante, na tentativa de uma adaptação a fim de diminuir seus movimentos involuntários e facilitar a escrita; esperava-se com isso um maior controle e inibição dos movimentos involuntários, porém os resultados não foram satisfatórios, pois mesmo com a adaptação tais movimentos permaneceram.

Mesmo com a falta de resultados positivos em tal aspecto, a simples tentativa e busca pela melhora deram um grande estímulo ao sujeito, que passou a se empenhar e tentar controlar seus movimentos em busca de uma boa escrita, sem se intimidar em pedir ajuda quando necessário.

Através de todo o processo de inclusão pôde-se observar grande segurança e preparação para que o sujeito pudesse assumir seu lugar no ambiente escolar de maneira tranqüila, estimulante e cheia de conquistas e não como um procedimento doloroso e cheio de frustrações.

No meio do processo F.A.R.P. começou a faltar às aulas, pois sua mãe não tinha condições de levá-lo todos os dias. Para fazer frente a essa dificuldade, a mãe buscou uma solução junto à Prefeitura Municipal que contemplasse a transferência do sujeito para uma escola que oferecesse melhores condições, de acordo com os direitos reservados e assegurados às crianças portadoras de deficiência, onde as condições arquitetônicas seriam acessíveis, com direito a transporte privativo que o conduziria no percurso casa-escola e vice versa, e uma ajudante na sala de aula que pudesse auxiliá-lo na escrita sempre que necessário, já que esse era seu único fator de dificuldade.

Após um significativo período de espera, a Prefeitura Municipal informou que até o início do segundo semestre de 2007 o sujeito deveria ser matriculado na nova escola.

Tal conquista aliviou a família que ao ter a certeza de um futuro melhor para o sujeito deixou de levar F.A.R.P. à escola antiga; sendo assim,

antes do prazo previsto, esse fato abreviou a conclusão do trabalho.

Uma fase cheia de transformações e aprendizado encerrou-se, tendo-se iniciado outra nova com melhores perspectivas de conquistas.

Discussão

Durante todo o processo de pesquisa e atuação, observou-se que a fala dos autores foi quase sempre a mesma, com otimismo e um ideal de escola inclusiva e de sociedade que na prática e na grande maioria das vezes não acontece. No decorrer de todo o trabalho, inúmeros problemas foram detectados, porém nem todos foram solucionados.

De acordo com o Centro Nacional de Reestruturação e Inclusão Educacional, “a educação inclusiva significa provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes, incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade em escolas da vizinhança, a fim de prepará-los para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade” (SASSAKI, 2002); essa deve ser uma meta de toda sociedade humanizada e leal aos direitos de cada um, mas ao buscar de perto tal situação, nota-se que ainda não passa de um sonho daqueles que lutam pela inclusão.

O direito da pessoa deficiente à educação comum está implícito na Declaração Mundial de Educação para Todos, aprovada pela ONU em 1990, mas vivemos em uma sociedade em que leis, direitos e declarações não são cumpridos à risca, e quando solicitados resultam em um processo demorado, desgastante e cheio de burocracia, como pode ser observado no decorrer do trabalho.

De acordo com Vygotsky, “a deficiência tem caráter mais social do que biológico e o desenvolvimento humano nestes casos é resultado de uma complexa relação entre fatores internos e externos que dão surgimento a processos de compensação.” (DE CARLO, 1999); concorda-se com tal citação, pois embora o sujeito em estudo seja portador de uma deficiência física, o seu maior fator limitante nesse processo de inclusão escolar é a deficiência social que o exclui das atividades e oportunidades próprias de sua faixa etária.

“O movimento de “inclusão social” deve ser considerado um processo no qual não apenas a pessoa deficiente deve se modificar, mas também a sociedade precisa se modificar para receber todos os seus membros. Parte do princípio da aceitação das diferenças, convivência na diversidade humana e aprendizagem pela cooperação” (BARTALOTTI, DE CARLO, 2001);

de fato, na prática, notou-se que uma das maiores barreiras que estavam em questão não eram as físicas, muito menos as seqüelas advindas do acidente ocorrido, mas sim a dificuldade dos profissionais da escola e da própria família em lidar com o sujeito deficiente, o que interfere diretamente no processo de reabilitação e inclusão através da terapia ocupacional. Sobre esse aspecto, em 1986 foi citado por RIBAS que: “Na nossa sociedade, mesmo que a ONU e a OMS tenham tentado eliminar a incoerência dos 'conceitos', a palavra 'deficiente' tem um significado muito forte. De certo modo, ela se opõe à palavra 'eficiente'. Ser 'deficiente', antes de tudo, é não ser 'capaz'. Pode até ser que conhecendo melhor a pessoa, venhamos a perceber que ela não é tão 'deficiente' assim. Mas, até lá, até Segunda ordem, o 'deficiente' é o não 'eficiente'. (...) Assim sendo, em todas as sociedades a palavra 'deficiente' adquire um valor cultural segundo padrões, regras e normas estabelecidas no bojo de suas relações sociais.” (RIBAS, 1986). Considera-se inaceitável que tal discurso se encaixe em pleno século XXI.

A barreira do preconceito deve ser quebrada e excluída primeiramente da sociedade e conseqüentemente do ambiente escolar para que a inclusão se torne efetiva e vitoriosa.

Concorda-se com Salamanca (1994) que diz que “o princípio da inclusão consiste no reconhecimento da necessidade de se caminhar rumo ‘à escola para todos’ - um lugar que inclua todos os alunos, celebre a diferença, apóie a aprendizagem e responda às necessidades individuais” (SASSAKI, 2002). No contexto da intervenção da Terapia Ocupacional na área da inclusão escolar concorda-se com Zulian (2007) quando afirma que esta “pressupõe uma 'ação/processo' bidirecional, onde os movimentos de ajustes e os de preparos devem ocorrer a partir da pessoa deficiente assim como da sociedade, esta que, deve preocupar-se em eliminar ou minimizar as barreiras, sejam as arquitetônicas ou as atitudinais, em relação às pessoas, numa proposta de convivência com a diversidade humana, propondo-se desta forma o rompimento com o pressuposto da 'normalização' do indivíduo e introduzindo-se o conceito da diversidade.” (ZULIAN, 2007).

Tendo-se em vista a definição de ações que possam contribuir para a solução dessa deficiência social, entende-se que cada município deveria aplicar esforços concentrados na adequação de pelo menos uma unidade escolar situada em cada região do Município. Cada uma dessas unidades deveria ter resolvidos todos os problemas relacionados às barreiras arquitetônicas e atitudinais. Para tanto esforços e recursos financeiros devem ser aplicados para eliminar as barreiras arquitetônicas. Paralelamente, trabalhos de conscientização e treinamento deveriam ser

desenvolvidos tendo-se como foco os professores, funcionários e familiares das crianças portadoras de deficiências. Dessa forma, cada criança teria acesso a uma escola regular adaptada para o processo de inclusão escolar dentro da região onde estaria localizada a sua residência. Com o tempo esse conceito poderia ser adotado em outras escolas, facilitando ainda mais o acesso das famílias. Em longo prazo todas as escolas seriam adaptadas, concorrendo para a universalização do ensino, estendendo-o aos portadores de deficiências.

Conclusão

Através do desenvolvimento deste trabalho foi possível refletir amplamente sobre a questão da inclusão escolar no contexto da Terapia Ocupacional, abordando-se os diversos aspectos envolvidos nesse processo.

Apesar do tempo reduzido para acompanhamento e tratamento do sujeito, foi possível estabelecer uma estratégia de abordagem do caso e colocá-la em prática no ambiente escolar.

Constatou-se, na prática, a importância da conscientização e conduta dos professores, colegas e familiares para a obtenção do sucesso no resultado do processo de inclusão escolar de um paciente TCE. Nesse contexto confirmou-se a expectativa inicial de que a inclusão escolar traz benefícios diversos através do ambiente colaborativo que se estabelece entre os indivíduos participantes do processo.

Referências

- CREFITO. **Definição.** Disponível em <http://www.crefito.com.br>. Acesso em: 19 mar.2007.

- DE CARLO, M.M.R.P.; BARTALOTTI, C.C. **Terapia Ocupacional no Brasil – Fundamentos e Perspectivas.** 2ª ed. São Paulo: Ed. Plexus, 2001.

- DE CARLO, M.M.R.P. Vygotsky e o Desenvolvimento Humano Comprometido pela Deficiência. In: DE CARLO, M.M.R.P. **Se Essa Casa Fosse Nossa... Instituições e Processos de Imaginação na Educação Especial.** 1. ed. São Paulo: Ed. Plexus, 1999, p. 65-81.

- FABRÍCIO, M.C.; SOUZA, V.C.B. **O Psicopedagogo e a Inclusão Escolar.** Disponível em http://www.entreamigos.com.br/Tribuna/O_Psicopedagogo.html. Acesso em: 20 mar.2007.

- DE OLIVEIRA, S.G.; WIBELINGER, L.M.; LUCA, R.D. **Traumatismo Crânio-encefálico: Uma Revisão Bibliográfica.** Disponível em:

http://www.wgate.com.br/conteudo/medicinaesaud e/fisioterapia/neuro/traumatismo_tce.htm. Acesso em: 15 jun. 2007.

- RIBAS, J.B.C. **O que são pessoas deficientes?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1986.

- ROCHA, E.F.; LUIZ, A.; ZULIAN, M.A.R. Reflexões sobre as possíveis contribuições da terapia ocupacional nos processos de inclusão escolar. **Rev. Ter. Ocup. Univ. São Paulo**, v.14, nº2, p.72-8, maio/agosto 2003.

- SASSAKI, R.K. **Inclusão – Construindo uma sociedade para todos.** 4. ed. Rio de Janeiro: Ed. WVA, 2002.

- ZULIAN, M.A.R. A Inclusão escolar – Um olhar - Possíveis papéis e contribuições da Terapia Ocupacional. In: **Anais X Congresso Brasileiro de Terapia Ocupacional – contextos, território e diversidades**, 2007, Goiânia, GO.